



33162609



08018.014524/2025-67



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando
de Migrantes

ATA DE REUNIÃO

CGETP/DEMIG/SENAJUS

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (CONATRAP)

ENCONTRO NACIONAL: APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Data: 25 de setembro de 2025 (quinta-feira)

Local: Microsoft Teams (Reunião Virtual)

Horário: 15h às 17h10

Pauta da reunião:

- CONATRAP: Breve histórico, competências e relevância na política nacional;
- Panorama da Seleção Pública do Conatrap, com foco no procedimento

de votação, e próximos passos;

- Apresentação das candidaturas: Principais ações, experiências e contribuições das organizações habilitadas como CANDIDATAS.

ABERTURA

O Encontro Nacional foi aberto pela Presidente Substituta do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), Sra. Luana Medeiros, Diretora do Departamento de Migrações, que deu as boas-vindas aos participantes e ressaltou a importância da participação social e da cooperação entre Estado e sociedade civil na formulação de políticas públicas eficazes.

Foram feitos agradecimentos à equipe da Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes (CGETP), bem como à Comissão Eleitoral, composta por Adriana Marques (MJSP), Henrique Oliveira Santos (PF) e Stella Fátima Scampini (MPF), pela condução da Seleção Pública do CONATRAP, garantindo transparência e legitimidade ao processo.

Em especial, a Diretora destacou o comprometimento das 10 organizações da sociedade civil que concorrem às 8 vagas disponíveis, evidenciando o engajamento e a relevância dessas instituições na temática do tráfico de pessoas e contrabando de migrantes.

O discurso reforçou que tráfico de pessoas e contrabando de migrantes são crimes complexos e transnacionais, que exigem trabalho em rede, diálogo contínuo e participação ativa da sociedade.

Por fim, a Presidente Substituta reafirmou o compromisso da Secretaria Nacional de Justiça, do Departamento de Migrações e da Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes com a transparência, a democracia e a construção coletiva de políticas públicas que protejam direitos, salvem vidas e combatam violações à dignidade humana.

PAINEL 1 – CONATRAP: BREVE HISTÓRICO, COMPETÊNCIAS E RELEVÂNCIA POLÍTICA NACIONAL

A Coordenadora-Geral apresentou um resgate histórico do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), destacando sua importância na consolidação da política nacional. Informou que o colegiado passou por duas reestruturações. A partir da Portaria MJSP nº 959/2025, o Conatrap passou a ter 16 membros, distribuídos entre governo e sociedade civil, retomando o caráter plural, ampliando a participação social e

fortalecendo a articulação interinstitucional.

Durante a reunião, a Sra. Marina Bernardes de Almeida destacou o papel central do CONATRAP na implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, enfatizando suas atribuições na proposição de estratégias para gestão e execução de ações e atividades previstas no IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Ressaltou que, neste novo ciclo, não existe mais a figura do Grupo Interministerial de Monitoramento dos Planos, visando evitar duplicidade de atividades, otimizar esforços e fortalecer a atuação central do CONATRAP.

Além disso, destacou que, entre as competências do Conatrap, previstas na Portaria MJSP nº 959/2023, estão a articulação com outras políticas públicas e conselhos nacionais, o fortalecimento da rede de enfrentamento nos estados e municípios, o incentivo a estudos, pesquisas, ações de prevenção e campanhas de conscientização, bem como a elaboração do regimento interno para garantir o pleno funcionamento do colegiado.

A palestrante ressaltou que a **sociedade civil desempenha papel central**, pois muitas vezes é a porta de entrada para as vítimas que não buscam o Estado em um primeiro momento. Destacou ainda a importância da atuação conjunta entre governo e organizações, reconhecendo que apenas pela integração de esforços será possível avançar no combate ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes.

A Sra. Marina destacou que o Conatrap é hoje o principal espaço de governança da política nacional, **um colegiado consultivo e propositivo, com legitimidade para definir prioridades e orientar a implementação do IV Plano Nacional.**

Por fim, destacou a composição atual do colegiado, presidido pela Secretaria Nacional de Justiça e com Secretaria-Executiva exercida pela CGEJP, ambas estruturas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Integram ainda o Conatrap 8 (oito) membros governamentais (MRE, MDS, MTE, MDHC, MMulheres, PF, PRF e AGU), 8 (oito) organizações da sociedade civil que serão eleitas neste processo, e convidados permanentes, como o CNJ, a DPU, o MPF, o MPT e a Rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante.

PAINEL 2 – PANORAMA DA SELEÇÃO PÚBLICA DO CONATRAP

A Chefe da Divisão de Articulação da Rede de Gestão do Conatrap, Andréa Farias, apresentou o panorama da Seleção Pública para escolha das 8 (oito) Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que irão compor o colegiado. Ressaltou que o processo busca garantir diversidade regional e selecionar entidades com

atuação comprovada no enfrentamento ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes.

A Sra. Andréa informou que foram registradas 21 (vinte e uma) inscrições de OSCs: 15 (quinze) como candidatas e 6 (seis) como eleitoras. Destacou que 10 (dez) organizações foram habilitadas como CANDIDATAS e 1 (uma) como ELEITORA ao final do processo de habilitação.

A Chefe de Divisão esclareceu como será realizada a votação pelas organizações habilitadas como CANDIDATAS e ELEITORAS, no período de 29/09 até 01/10, pelo sistema SEI do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Também, destacou alguns pontos de atenção, entre eles: cada organização deve utilizar apenas uma cédula de votação; o voto deve ser realizado pelo Titular ou pelo Suplente indicados no ato da inscrição, a organização **pode votar em si mesma**, é permitido votar em **até 8 (oito)** candidatas; votos em mais de 8 (oito) organizações serão anulados.

Por fim, informou que já está em planejamento a reunião de posse do Conatrap. Assim, as organizações eleitas deverão indicar com agilidade seus representantes (titulares e suplentes), e definir previamente quem participará da reunião de posse. Salientou, ainda, os próximos passos da Seleção Pública:

Cronograma e Resultados	
29/09 a 01/10/2025	Votação
10/10/2025	Resultado preliminar da seleção
13 a 17/10/2025	Período de recursos
20/10 a 24/10/2025	Período de análise dos recursos
Até 04/11/2025	Resultado final da seleção (Oscs Eleitas)
05 a 11/11/2025	Indicação dos representantes pelas organizações eleitas.

PAINEL 3 – APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATAS

Na sequência, as 10 organizações da sociedade civil habilitadas como CANDIDATAS apresentaram suas principais ações nas temáticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes e ressaltaram como poderiam contribuir para o colegiado.

1. Aliança Nacional LGBTI+

Representante: Ricardo Bueno de Jesus

Região de atuação: Nacional, com atuação destacada em Mato Grosso no enfrentamento à homofobia e violência contra pessoas LGBTQI+.

Tempo de atuação: Quase 40 anos de atuação na promoção e defesa dos direitos humanos de pessoas LGBTQI+ e 9 (nove) meses de atuação no Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Mato Grosso.

Experiência nas temáticas:

- Defesa dos direitos humanos LGBTQI+, incluindo participação em conselhos estaduais e nacionais;
- Trabalho em 27 áreas temáticas, abrangendo advocacy, comunicação, educação, juventude, questões indígenas, ética racial e religião;
- Prevenção e enfrentamento à violência e ao tráfico de pessoas LGBTQI+, considerando vulnerabilidades específicas do grupo.

Possível contribuição ao colegiado:

- Compartilhar expertise em políticas públicas voltadas para pessoas LGBTQI+;
- Fortalecer a perspectiva de gênero e diversidade sexual nas ações do Conatrap;
- Contribuir para a elaboração de estratégias e propostas que atendam às necessidades das populações LGBTQI+ no enfrentamento ao tráfico de pessoas, já que é população vulnerável a ser vítima do crime;
- Apoiar a integração de temas relacionados à violência e vulnerabilidade social no enfrentamento ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes.

2. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)

Região de atuação: Nacional, com sede em Brasília e atuação em todas as regiões do Brasil.

Tempo de atuação: 48 anos, reunindo mais de 3.500 magistrados (ativos e aposentados).

Experiência nas temáticas:

- Defesa da democracia, cidadania, direitos humanos e direito do

trabalho;

- Enfrentamento ao tráfico de pessoas, trabalho escravo, exploração sexual e trabalho infantil;
- Proteção a migrantes e refugiados, com produção de materiais educativos, como o guia “Bem-vindos ao Brasil” e a cartilha do trabalhador;
- Participação em fóruns nacionais de prevenção e erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo da COETRAE e tem parceria com o CAMI;
- Grupos internos voltados para gênero e população LGBTQIAPN+, com atuação transversal às políticas de justiça e direitos humanos.

Possível contribuição ao colegiado:

- Apoiar a integração do olhar jurídico e de direitos humanos nas ações do Conatrap;
- Contribuir com conhecimento técnico sobre prevenção e combate ao tráfico de pessoas e trabalho degradante;
- Fortalecer a articulação entre políticas públicas de justiça do trabalho e redes de enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- Ampliar a perspectiva de gênero e diversidade nas políticas e programas do Conatrap.

3. Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD)

Representante: Graziella Rocha

Região de atuação: Sudeste (sede em Guarulhos, São Paulo).

Tempo de atuação: 23 anos no enfrentamento ao tráfico de pessoas, com participação em políticas públicas desde a década de 1990.

Experiência nas temáticas:

- Criação do primeiro posto avançado de atendimento humanizado ao migrante na década de 1990;
- Participação ativa no Conatrap desde 2014, incluindo a construção e preservação do colegiado durante períodos de fragilidade institucional;

- Participou da elaboração do Planos Nacionais, inclusive do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Desenvolvimento de campanhas nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas, com destaque a campanha "Expectativa versus Realidade";
- Gestão de abrigos para migrantes, refugiados e vítimas do tráfico de pessoas;
- Produção de estudos e pesquisas, atuação no recambio de vítimas e advocacy junto a órgãos governamentais.

Possível contribuição ao colegiado:

- Fortalecer a representação da sociedade civil no Conatrap;
- Compartilhar expertise na implementação de políticas públicas e programas de proteção a vítimas;
- Apoiar campanhas e ações de conscientização nacional sobre tráfico de pessoas;
- Contribuir para estratégias de articulação e monitoramento das políticas de enfrentamento ao tráfico.

4. Cáritas Foz do Iguaçu

Representante: José Carlos S. Silva

Região de atuação: Tríplice Fronteira (Foz do Iguaçu, Paraguai e Argentina), com expansão para outras cidades do Paraná.

Tempo de atuação: Atuação contínua no enfrentamento ao tráfico de pessoas desde 2014.

Experiência nas temáticas:

- Participação em seminários e fóruns sobre tráfico de pessoas desde 2014;
- Criação do Fórum Internacional “Coração Azul” (FICA), envolvendo Brasil, Paraguai e Argentina;
- Implementação e coordenação da Câmara Técnica de Tráfico de Pessoas;
- Experiência prática na articulação local e internacional para prevenção e enfrentamento do tráfico;
- Atuação em campanhas e eventos educativos junto às comunidades da

região.

Possível contribuição ao colegiado:

- Compartilhar conhecimento sobre práticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas na região de fronteira;
- Apoiar a articulação interinstitucional local e internacional;
- Contribuir com estratégias de prevenção e sensibilização da população;
- Fortalecer a implementação das políticas públicas do Conatrap com base na experiência regional.

5. Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro

Representante: Júlia Kronemberger

Região de atuação: Estado do Rio de Janeiro

Tempo de atuação: Desde 2014.

Experiência nas temáticas:

- Atuação com Ministério Público do Trabalho, no âmbito do Projeto Ação Integrada;
- Atendimento a migrantes, refugiados e vítimas de tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo;
- Coordenação de equipe multiprofissional (assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais) para suporte a vítimas;
- Participação ativa em colegiados e núcleos estaduais de enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- Desenvolvimento de projetos de prevenção e inserção social e laboral, incluindo projetos em quilombos e para pessoas em situação de rua;
- Atuação em campanhas educativas e programas de empregabilidade.

Possível contribuição ao colegiado:

- Fortalecer a rede nacional de suporte e articulação entre organizações;
- Trazer experiência prática no atendimento e acompanhamento de vítimas de tráfico de pessoas;
- Contribuir com estratégias de prevenção e políticas de proteção regional

- e nacional;
- Representar as realidades do estado do Rio de Janeiro no Conatrap.

6. Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI)

Representante: Carla Aguilar.

Região de atuação: Estado de São Paulo, com atendimentos eventualmente em outras regiões do país.

Tempo de atuação: 20 anos, com foco contínuo em direitos humanos, prevenção do trabalho escravo, tráfico de pessoas e atendimento a migrantes.

Experiência nas temáticas:

- Atendimento pós-resgate de vítimas de tráfico de pessoas e trabalho escravo, incluindo suporte social, jurídico, educacional e de saúde;
- Ações preventivas junto a comunidades de migrantes, com foco na conscientização e redução do risco de exploração;
- Articulação com redes interinstitucionais e participação em colegiados e fóruns de enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- Produção de conhecimento, materiais informativos, cursos e publicações voltados para agentes públicos e migrantes;
- Fortalecimento da rede de proteção com abordagem humanizada, priorizando a reinserção social e profissional das vítimas;
- Disponibilização de análises de perfil de vítimas para aprimorar políticas públicas e estratégias de prevenção.

Possível contribuição ao colegiado:

- Compartilhar metodologias e experiências, especialmente no atendimento às vítimas no pós-resgate;
- Apoiar formulação de políticas públicas e estratégias interinstitucionais;
- Fortalecer a articulação entre sociedade civil e poder público;
- Contribuir com dados e análises para aprimoramento das ações de prevenção e combate ao tráfico de pessoas.

7. Círculos de Hospitalidade

Representante: Bruna Kadletz

Região de atuação: Estado de Santa Catarina.

Tempo de atuação: Iniciou em 2015, formalizada com CNPJ em 2017.

Experiência nas temáticas:

- Atendimento a migrantes e refugiados, focando em acesso a direitos, documentação migratória e inserção laboral;
- Participação no Fórum de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Imigrantes de SC, coordenado pelo MPT, por meio desse espaço tenta implementar um Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em SC, já que o estado não possui essa estrutura;
- Identificação e apoio a vítimas de tráfico de pessoas e trabalho análogo à escravidão, incluindo notificação às autoridades e acompanhamento pós-resgate;
- Realização de ações de prevenção e sensibilização, como seminários e panfletagem;
- Desenvolvimento de projetos de empregabilidade, como “Emprego sem Fronteiras”, garantindo contratação formal e trabalho decente;
- Incidência política junto a órgãos estaduais e nacionais, contribuindo para a criação e fortalecimento de núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Possível contribuição ao colegiado:

- Atuar como ponto focal em Santa Catarina para prevenção e enfrentamento do tráfico de pessoas;
- Fortalecer a atuação em rede com outras organizações e órgãos públicos;
- Compartilhar experiências de atendimento, prevenção e inserção laboral de migrantes;
- Apoiar campanhas de sensibilização e políticas públicas relacionadas à temática.

8. Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF)

Representante: Irina Bacci

Região de atuação: Sede em Brasília e atua em diversos estados do Brasil, com foco estratégico em regiões fronteiriças e Amazônia; escritórios em: Amazonas, Pará, Roraima, Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná; atuação nacional com projetos em diversas cidades e articulação com governos locais e sociedade civil.

Tempo de atuação: Atuação internacional desde 1962, presença permanente no Brasil desde 2016, atuação nas temáticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes desde 2020.

Experiência nas temáticas:

- Prevenção ao contrabando de migrantes e enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- Atendimento a migrantes, refugiados e populações vulnerabilizadas, incluindo abrigos, apoio jurídico e psicossocial;
- Pesquisa e mapeamento de prevalência de trabalho forçado e fluxos migratórios, fornecendo dados para políticas públicas;
- Implementação de programas como “Integrando Horizontes” e “Trabalho Justo” com foco em empregabilidade e inserção socioprodutiva;
- Atuação em rede com organizações locais e internacionais, setor privado e órgãos governamentais;
- Experiência internacional em coordenação de políticas transnacionais contra tráfico de pessoas e contrabando de migrantes;
- Engajamento em campanhas de conscientização e prevenção, incluindo mobilização de empresas e fortalecimento da rede de proteção.

Possível contribuição ao colegiado:

- Compartilhamento de experiência internacional e regional em políticas de combate ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes;
- Disponibilização de metodologias, ferramentas e boas práticas para o fortalecimento das ações do colegiado;
- Apoio na articulação interinstitucional entre sociedade civil, governo e setor privado;
- Fortalecimento da atuação em rede, especialmente nas regiões fronteiriças e amazônicas;
- Contribuição com dados, evidências e monitoramento de políticas

públicas para prevenção e enfrentamento do tráfico de pessoas.

9. Instituto Social Ágatha em Defesa da Mulher

Representante: Valeria Chapman

Região de atuação: Sergipe, com atuação em diversos municípios, incluindo presídio feminino e programas de acolhimento a mulheres vítimas de violência; articulação com fluxo estadual e municipal de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas.

Tempo de atuação: Desde 2015, com foco específico em tráfico de pessoas desde 2017.

Experiência nas temáticas:

- Implementação de seminários e campanhas de conscientização sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo;
- Parceria com o Ministério Público do Trabalho de Sergipe e participação ativa na Coetrae Sergipe;
- Desenvolvimento e gestão de fluxos estaduais e municipais de atendimento às vítimas;
- Formação de equipes locais e treinamento de municípios sobre protocolos de atendimento;
- Gestão de iniciativas voltadas a imigrantes e pessoas em situação de rua, incluindo suporte psicossocial, documentação e inserção no mercado de trabalho;
- Produção de materiais educativos (cartilhas, vídeos) replicados em outros estados;
- Incidência política e articulação com municípios para fortalecimento das políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Possível contribuição ao colegiado:

- Compartilhamento da experiência territorial e prática na implementação de fluxos de atendimento;
- Apoio na formação de equipes e capacitação local sobre protocolos de enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- Contribuição com campanhas, materiais educativos e estratégias de *advocacy*;

- Fortalecimento da articulação entre sociedade civil, municípios e órgãos governamentais;
- Ampliação da perspectiva regional do colegiado, trazendo dados e experiências do contexto nordestino

10. Projeto Resgate

Representante: Marco Aurélio de Souza

Região de atuação: Sede em Goiânia/GO, com atuação em 21 estados do Brasil, bem como atuação internacional em parceria com escritório na Suíça e organizações de 14 países europeus.

Tempo de atuação: 20 anos (desde a fundação em 2005/2006), com Marco Aurélio atuando há 19 anos.

Experiência nas temáticas:

- Repatriação de brasileiros em diversos países vítimas de tráfico de pessoas, exploração sexual, trabalho forçado e vulnerabilidade social;
- Atendimento integral pós-resgate: suporte psicossocial, jurídico, médico e de reintegração social e profissional;
- Implementação de programas de inserção econômica, capacitação e microempreendedorismo (ex.: apoio para pequenas empresas, cursos e equipamentos);
- Parceria com órgãos nacionais (Defensoria Pública, Ministério Público, DPU) e internacionais (OIM, Cruz Vermelha, Cáritas Internacional, Home Office Londres, entre outros);
- Experiência em campanhas de conscientização e prevenção (ex.: “Coração Azul” e outras iniciativas de engajamento público);
- Atendimento inclusivo a homens, mulheres e população LGBTQIA+;
- Estrutura para aluguel temporário e assistência básica (alimentação, água, luz, comunicação) para sobreviventes em reintegração.

Possível contribuição ao colegiado:

- Compartilhamento de *know-how* em repatriação, atendimento integral e reintegração de vítimas;
- Apoio em campanhas de conscientização e mobilização nacional e

internacional;

- Contribuição com práticas de atendimento humanizado e inclusivo;
- Fortalecimento da articulação entre organizações nacionais e internacionais, sociedade civil e governo;
- Experiência prática em planejamento e execução de políticas de prevenção, proteção e reintegração de vítimas.

ENCERRAMENTO

Após as apresentações, a Sra. Stella Scampini, membro da Comissão Eleitoral do CONATRAP e Procuradora Regional da República e Coordenadora da Unidade Nacional de Enfrentamento ao Tráfico Internacional de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes do Ministério Público Federal (MPF), parabenizou as entidades pelo trabalho desenvolvido, ressaltando a importância do engajamento das organizações da sociedade civil e manifestando total disposição do MPF em apoiar e acompanhar as OSCs na atuação junto ao CONATRAP.

Ao final, a Sra. Marina Bernardes de Almeida agradeceu a participação de todos e registrou orientações finais:

- Reforçou que os contatos e e-mails das organizações habilitadas serão compartilhados para que as OSCs possam realizar suas pesquisas e refletir sobre as 8 opções da cédula de votação.
- Lembrou os pontos de atenção apresentados pela Sra. Andréa Farias sobre prazos, formato e procedimentos para votação, enfatizando que qualquer dúvida deve ser encaminhada imediatamente à Secretaria do CONATRAP, considerando o curto período disponível (29/09 a 01/10/2025).
- Informou que também será enviado o PowerPoint apresentado durante o encontro, juntamente com a relação das organizações candidatas.
- Desejou boa sorte a todas as organizações, reforçando que, independentemente do resultado da seleção, a articulação e fortalecimento da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes continuará sendo promovida com proximidade e cooperação entre sociedade civil e governo.

A reunião foi encerrada, reiterando o compromisso de manter todos atualizados sobre as próximas etapas do processo.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Encaminhamentos	Responsável	Prazo
Enviar slides da apresentação e os contatos de e-mails das organizações habilitadas às OSCs	Secretaria Executiva do Conatrap	25/09
Encaminhar ATA por e-mail e disponibilizá-la no site	Secretaria- Executiva do Conatrap	Até 29/09

LISTA DE ANEXOS

- **Anexo 1** - Programação do Encontro (33168414)
- **Anexo 2** - Lista de Presença (33172549);
- **Anexo 3** - Apresentação da CGETP (33168409);
- **Informações sobre a seleção pública do Conatrap:** <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/trafico-de-pessoas/conatrap>



Documento assinado eletronicamente por **MARINA BERNARDES DE ALMEIDA, Secretário(a)-Executivo(a) do CONATRAP**, em 26/09/2025, às 17:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33162609** e o código CRC **A574F826**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

